

**Unimed Leste Paulista Cooperativa de Trabalho Médico.**

**Notas explicativas às demonstrações financeiras  
dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021**

Valores expressos em R\$

**1. Contexto operacional**

A Unimed Leste Paulista Cooperativa de Trabalho Médico, iniciou suas atividades em 08 de agosto de 1984, na cidade de São João da Boa Vista. Tem como objetivo a congregação dos integrantes da profissão médica, para sua defesa econômico social, proporcionando-lhes condições para o exercício de suas atividades no mercado de trabalho, observando o princípio de livre oportunidade para todos os cooperados e aprimoramento dos serviços de assistência médica.

Os planos de saúde proporcionam o atendimento às necessidades de saúde de seus beneficiários, mediante o acesso à rede de prestadores de serviços cooperados e credenciados na cidade sede e região. A Cooperativa conta com dois Núcleos de Atenção à Saúde (NAS) localizados nos municípios de São João da Boa Vista e Pinhal SP. O objetivo do NAS é promover a qualidade de vida, por meio de ações que contribuem para a mudança de hábitos, estimular a prevenção e monitorar o tratamento de doenças crônicas. Possui também no município de São João da Boa Vista SP, uma unidade hospitalar para atendimento predominantemente, aos seus beneficiários de planos de saúde, entre outros.

A Cooperativa possui registro na Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), sob o nº 35.808-8.

**2. Principais atividades desenvolvidas**

No cumprimento de suas atividades, a Operadora assina, em nome dos seus cooperados, contratos para prestação de serviços inerentes a atividade médica com pessoas físicas e/ou jurídicas de direito público ou privado.

**3. Elaboração e apresentação das demonstrações financeiras**

As demonstrações financeiras são elaboradas e apresentadas de acordo com o Plano de Contas Padrão instituído pela Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, estabelecido pela Resolução Normativa RN nº 528 de 29 de abril de 2022 consoante às práticas contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações nº 6.404/76, alterada pela Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, dos pronunciamentos, orientações e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade.

As demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2022, estão sendo apresentadas em conjunto com as correspondentes de 2021, de forma a permitir a comparabilidade.

As demonstrações consolidadas incluem as demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2022 e 2021 da Unimed Leste Paulista Cooperativa de Trabalho Médico, e da sua controlada Unimed Participações São João da Boa Vista Ltda., na qual detém 65,59% de participação, sendo que as demonstrações estão identificadas como controladora e consolidado.

O processo de consolidação das contas patrimoniais e de resultados corresponde à soma dos saldos do ativo, passivo, receitas e despesas das empresas acima, segundo a natureza de cada saldo, obedecendo ao disposto na NBC TG 36 (R3) do Conselho Federal de Contabilidade - CFC, obedecendo os seguintes critérios.

- i. Eliminação dos saldos das contas ativas e passivas decorrentes das transações entre as empresas incluídas na consolidação, bem como e eliminação das receitas e das despesas decorrentes de negócios com as empresas incluídas na consolidação;



- ii. Eliminação do investimento relevante na proporção de seu respectivo patrimônio;
- iii. Destaque da participação dos minoritários no patrimônio líquido e no resultado;

A conclusão e emissão destas demonstrações financeiras foram aprovadas pela Diretoria da Operadora em 17 de fevereiro de 2023.

#### **Principais práticas contábeis:**

##### **a) Regime de escrituração**

A Operadora adota o regime de competência para registro de suas operações. A aplicação desse regime implica no reconhecimento das receitas, custos e despesas quando ganhas ou incorridas, independentemente de seu efetivo recebimento ou pagamento.

##### **b) Estimativas contábeis**

As estimativas contábeis foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a estas estimativas e premissas incluem provisões para perdas sobre créditos, provisões técnicas, estimativas do valor justo de determinados ativos e passivos, provisões para passivos contingentes, estimativas de vida útil de determinados ativos e outras similares. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente diferentes devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. Os resultados efetivos podem ser diferentes dessas estimativas e premissas.

##### **c) Aplicações financeiras**

Estão demonstradas ao custo de aplicação, acrescidas dos rendimentos auferidos até a data do balanço. As aplicações vinculadas não estão destinadas à negociação ou disponíveis para venda.

##### **d) Créditos de operações com planos de assistência à saúde**

São registrados e mantidos no balanço pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos. Preços preestabelecidos - "Provisão de contraprestação não ganha - PCNG" , e posteriormente sendo reconhecidos como "contraprestações efetivas de operações de planos de assistência à saúde" , no que se refere aos serviços médicos e hospitalares, quando da efetiva cobertura do risco contratual incorrido conforme determinado pela RN nº 393 de 09 de dezembro de 2015 e suas alterações. Preços pós-estabelecidos na conta de "contraprestações efetivas de operações de planos de assistência à saúde" .

A provisão para perda sobre créditos de liquidação duvidosa - PPSC está constituída de acordo com o item 10.2.3 do Capítulo I do anexo da Resolução Normativa – RN nº 528 DIOPE/ANS.

##### **e) Créditos de operações de assistência à saúde não relacionados com planos de saúde da Operadora**

São registrados e mantidos no balanço pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos, em contrapartida à conta de resultado "receitas operacionais de assistência à saúde não relacionada com planos de saúde da Operadora" , no que se refere aos serviços médicos e hospitalares prestados a outras operadoras de planos médico-hospitalares.

A provisão para perda sobre créditos de liquidação duvidosa - PPSC está constituída de acordo com o item 10.2.3 do Capítulo I do anexo da Resolução Normativa – RN nº 528DIOPE/ANS.

##### **f) Bens e títulos a receber**

Representados essencialmente por valores a receber oriundos das vendas com cartões de crédito, adiantamentos diversos e pelo estoque, indispensável ao funcionamento da Operadora para realização do serviço assistencial à saúde sendo avaliado ao custo médio ponderado de aquisição.



**g) Demais ativos circulantes e não circulantes**

São demonstrados pelos valores de realização ou liquidação, incluídos, quando aplicável, os rendimentos auferidos. Os direitos realizáveis após o término do exercício social subsequente à data do balanço patrimonial são classificados como não circulante.

**h) Conta corrente com cooperados**

Os créditos registrados com cooperados estão sendo registrados pelos valores deliberados por assembleia dos cooperados, corrigidos, pela mesma atualização realizada pelas obrigações legais que originaram os mesmos.

**i) Investimentos**

Os investimentos em outras sociedades foram avaliados pelo custo de aquisição, atualizados conforme decisões de assembleias.

**j) Imobilizado**

Demonstrado pelo custo de aquisição corrigido até 31 de dezembro de 1995 menos as depreciações acumuladas, calculadas pelo método linear a taxas anuais.

**k) Arrendamento**

A Operadora avalia se um contrato é ou contém arrendamento se ele transmite o direito de controlar o uso do ativo identificado por um período de tempo, em troca de contraprestações. Tal avaliação é realizada no momento inicial. As isenções são aplicadas para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor.

O custo do ativo de direito de uso compreende: (i) o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento; (ii) quaisquer pagamentos de arrendamentos efetuados até a data; (iii) custos diretos incorridos; e (iv) estimativas de custos a serem incorridos na desmontagem e remoção do ativo, quando aplicável e está reconhecido na conta "Imobilizado" .

O passivo do arrendamento é mensurado ao valor presente dos pagamentos de arrendamento, descontado pela taxa implícita ou taxa incremental sobre empréstimos do arrendatário, representando a obrigação de efetuar os pagamentos do arrendamento e está reconhecida na conta "Passivo de Arrendamentos" .

Como arrendatária, a Operadora identificou contratos que contém arrendamentos, referentes aos aluguéis de sua sede e dos seus recursos próprios que têm vigência entre 3 e 5 anos.

No resultado do período é reconhecida uma despesa de depreciação do ativo de direito de uso e uma despesa de juros do passivo de arrendamento.

**l) Intangível**

Com as alterações nas Leis nº 6.404/76 e nº 11.941/09, o intangível foi incorporado ao balanço a partir do exercício de 2008 e está relacionado a direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da entidade ou exercidos com essa finalidade.

O pronunciamento CPC 04 – Ativo Intangível tem como objetivo definir o tratamento contábil dos ativos intangíveis que não são abrangidos especificamente em outro pronunciamento. Por sua vez, ele estabelece que uma entidade deva reconhecer um ativo intangível apenas se determinados critérios forem atendidos. Além disso, também especifica como apurar e mensurar o valor contábil dos ativos intangíveis, exigindo divulgações específicas sobre esses ativos.

**m) Avaliação do valor recuperável de ativos ( "impairment" )**

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar



deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

**n) Provisões técnicas de operações de assistência à saúde**

Calculadas de acordo com as determinações da Resolução Normativa nº 393/2015 e RN 442/2018 e alterações posteriores, com exceção da provisão de eventos a liquidar que é calculada com base nas notas fiscais de prestadores de serviços de assistência à saúde efetivamente recebidas pelas operadoras e na identificação da ocorrência da despesa médica pela comunicação do prestador de serviço, independentemente da existência de qualquer mecanismo, processo ou sistema de intermediação da transmissão, direta ou indiretamente por meio de terceiros, ou da análise preliminar das despesas médicas conforme estabelecido pela RN ANS nº 393/2015 e RN 528/2022 e suas alterações vigentes.

**o) Tributos e encargos sociais a recolher**

Calculados com base nos critérios estabelecidos pela legislação vigente, levando à tributação os valores provenientes de atos não cooperativos, considerando os efeitos tributários demandados pela aplicação das modificações na Lei nº 11.941/09.

**p) Demais passivos circulantes e não circulantes**

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos encargos e variações monetárias e cambiais incorridos até a data do balanço. As obrigações exigíveis após o término do exercício social subsequente à data do balanço patrimonial são classificadas no passivo não circulante.

**q) Ativos e passivos contingentes e obrigações legais**

As principais práticas contábeis para registro e divulgação de ativos e passivos contingentes e obrigações legais são as seguintes:

**i)** Ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa;

**ii)** Passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Passivos contingentes avaliados como de perda possível não exigem provisão, mas divulgação em nota explicativa, enquanto aqueles avaliados como de perda remota não são provisionados e nem divulgados;

**iii)** Obrigações legais são registradas como exigíveis, independentemente da avaliação sobre as possibilidades de êxito, quando originadas de processos em que a Operadora questiona a inconstitucionalidade de tributos.

Na constituição das provisões, a Administração leva em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, à similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento dos Tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável.

**r) Apuração do resultado**

O resultado é apurado pelo regime contábil de competência e inclui os rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais a índices ou taxas oficiais incidentes sobre os ativos circulantes e não circulantes e os passivos circulantes e não circulantes. Do resultado são deduzidas ou acrescidas as parcelas atribuíveis de imposto de renda e contribuição social.

**s) Reconhecimento da receita**

As contraprestações efetivas são apropriadas à receita considerando-se o período de cobertura do risco, quando se tratar de contratos com preços pré-estabelecidos. Nos contratos com preços pós-



estabelecidos e nas operações de prestação de serviços de assistência à saúde, a apropriação da receita é registrada na data em que se fizerem presentes os fatos geradores da receita, de acordo com as disposições contratuais, ou seja, a data em que ocorrer o efetivo direito ao valor a ser faturado.

**t) Reconhecimento dos eventos indenizáveis**

Os eventos indenizáveis são constituídos com base no valor das notas fiscais apresentadas pela rede credenciada e cooperados e na identificação da ocorrência da despesa médica pela comunicação do prestador de serviço, independentemente da existência de qualquer mecanismo, processo ou sistema de intermediação da transmissão, direta ou indiretamente por meio de terceiros, ou da análise preliminar das despesas médicas.

Como parte dessas notas fiscais não são apresentadas dentro do período da sua competência, ou seja, há eventos realizados por prestadores e cooperados que não são cobrados (avisados) em sua totalidade da Operadora ao final de cada mês, os eventos ocorridos e não avisados são registrados mediante constituição de PEONA – Provisão para eventos ocorridos e não avisados.

**u) Informações por segmento**

Em função da concentração de suas operações na atividade de planos de saúde, a cooperativa está organizada em uma única unidade de negócio, sendo que as operações não são controladas e gerenciadas pela administração como segmentos independentes, sendo os resultados da cooperativa acompanhados, monitorados e avaliados de forma integrada.

**v) Normas Internacionais de Contabilidade**

A Operadora vem adotando as Normas Internacionais de Contabilidade aprovadas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis, com exceção da CPC 11 - Seguros, CPC 29 – Ativo Biológico e Produto Agrícola, o CPC 34 – Exploração e Avaliação de Recursos Minerais, CPC 35 – Demonstrações Separadas, CPC 44 – Demonstrações Combinadas, CPC 49 – Contabilização e Relatório Contábil de Planos de Benefícios de Aposentadoria, CPC PME – Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas e da ICPC-10 do Imobilizado as quais não foram aprovadas pela Agência Nacional de Saúde, portanto não adotadas pelas operadoras de planos de saúde.

As demais Normas Internacionais de Contabilidade aprovadas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis são aplicáveis às demonstrações contábeis no que não contrariarem a Resolução Normativa nº 528/2022 e alterações vigentes, no qual em alguns casos não aplica integralmente as situações destacadas nestes pronunciamentos, adotando regras específicas a serem aplicadas ao setor de saúde.

**w) Adoção de novos pronunciamentos contábeis**

O novo Plano de Contas Padrão da ANS para operadoras, instituído pela RN 528/2022, entrou em vigor a partir de 01/01/2022, requereu a adoção dos seguintes pronunciamentos. A Unimed adotou os pronunciamentos a partir do exercício de 2022, sendo eles:

<b>IFRS</b>	<b>CPC</b>	<b>Pronunciamentos</b>	<b>Vigência</b>
IFRS 16	CPC 06 (R2)	Arrendamentos	01/01/2022
IFRS 17	CPC 47	Receita de contrato com cliente	01/01/2022

**CPC 06 R2 (IFRS 16)**

A Unimed aplicou inicialmente a CPC 06 (R2) – IFRS 16 – “Arrendamentos” a partir de 1º de janeiro de 2022, conforme requerido pela Agência Nacional de Saúde Suplementar. Foi utilizada a abordagem retrospectiva modificada, segundo a qual o efeito cumulativo da aplicação inicial é reconhecido como ajuste aos saldos de abertura e, conseqüentemente, a informação comparativa do ano de 2021, para este assunto, não foi rerepresentada. Não houve efeitos no patrimônio líquido e no resultado advindos da adoção inicial.



Até 31 de dezembro de 2021 a Unimed aplicava a CPC 06 (R1) - IAS 17 e interpretações relacionadas. Atualmente a Unimed avalia se um contrato é ou contém um arrendamento com base na definição de arrendamento.

**CPC 47 (IFRS 17)**

O CPC 47, conforme descrito no novo Plano de Contas da ANS, diz que o montante da receita proveniente de uma transação é geralmente acordado entre a entidade e o comprador ou usuário do ativo e é mensurado pelo valor justo da contraprestação recebida, deduzida de quaisquer descontos comerciais e/ou bonificações concedidas pela entidade ao comprador.

A partir de 01.01.2022 a Unimed, conforme requerido pela Agência Nacional de Saúde Suplementar, quanto à contabilização da corresponsabilidade cedida, em que a operadora que presta o serviço à operadora de origem do beneficiário, passou a reconhecer a despesa e recuperação de eventos e sinistros a liquidar no mesmo grupo de contas. Desta forma, no grupo de receitas consta apenas a taxa de administração cobrada.

A movimentação e composição das contas é apresentada em conformidade com o Capítulo III, da RN 528/2022.



#### 4. Disponível

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Caixa	9.941	7.849	9.941	7.849
Banco conta movimento	24.622	51.212	26.647	54.460
Aplicações financeiras	(a) -	-	800.716	706.695
	<b>34.563</b>	<b>59.061</b>	<b>837.304</b>	<b>769.004</b>

(a) Representado por:

		2022	2021
Sicredi Leste Paulista	Renda fixa	800.716	706.695
		<b>800.716</b>	<b>706.695</b>

#### 5. Aplicações financeiras

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
<b>Garantidoras de provisões técnicas</b>				
Fundo dedicado ao setor suplementar	21.021.883	17.030.071	21.021.883	17.030.071
<b>Subtotal</b>	<b>21.021.883</b>	<b>17.030.071</b>	<b>21.021.883</b>	<b>17.030.071</b>
<b>Livres</b>				
CDB/RDB	7.107.919	13.513.632	7.107.919	13.513.632
Fundos de investimentos	-	44.338	-	44.338
Renda fixa	7.269.201	6.964.500	7.269.201	6.964.500
Tesouro nacional	11.183.358	10.743.464	11.183.358	10.743.464
Título de capitalização	30.000	30.000	30.000	30.000
<b>Subtotal</b>	<b>25.590.478</b>	<b>31.295.934</b>	<b>25.590.478</b>	<b>31.295.934</b>
<b>Total</b>	<b>46.612.361</b>	<b>48.326.005</b>	<b>46.612.361</b>	<b>48.326.005</b>
<b>Circulante</b>	<b>46.582.361</b>	<b>48.296.005</b>	<b>46.582.361</b>	<b>48.296.005</b>
<b>Não circulante</b>	<b>30.000</b>	<b>30.000</b>	<b>30.000</b>	<b>30.000</b>



## 6. Créditos de operações com planos de assistência à saúde

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
<u>Contraprestações pecuniárias</u>				
Plano individual	3.052.420	2.494.958	3.052.420	2.494.958
Plano coletivo	1.801.798	1.440.928	1.801.798	1.440.928
(-) Provisão para perdas sobre créditos - PPSC	(855.315)	(706.966)	(855.315)	(706.966)
<b>Subtotal - Contraprestações pecuniárias a receber</b>	<b>3.998.903</b>	<b>3.228.920</b>	<b>3.998.903</b>	<b>3.228.920</b>
<u>Operadoras de planos de assistência a saúde</u>				
Intercâmbio	1.803.567	3.170.387	1.803.567	3.170.387
(-) Provisão para perdas sobre créditos - PPSC	(121.625)	(97.880)	(121.625)	(97.880)
<b>Subtotal - Operadoras de planos de assist. à saúde</b>	<b>1.681.942</b>	<b>3.072.507</b>	<b>1.681.942</b>	<b>3.072.507</b>
<u>Outros Créditos Op.c/PI.Assist.Saúde</u>				
Créditos a receber	1.094.589	638.982	1.094.589	638.982
(-) Provisão para perdas sobre créditos - PPSC	-	(99.347)	-	(99.347)
<b>Subtotal - Outros créditos Op.c/PI.Assist. Saúde</b>	<b>1.094.589</b>	<b>539.635</b>	<b>1.094.589</b>	<b>539.635</b>
<b>Total</b>	<b>6.775.434</b>	<b>6.841.062</b>	<b>6.775.434</b>	<b>6.841.062</b>

Corresponde a valores a receber dos planos de saúde da Operadora. As provisões para devedores duvidosos estão constituídas em montante considerado suficiente para fazer face às eventuais perdas na realização das contas a receber de acordo com os critérios de avaliação de apropriação contábil e de auditoria descritos no Capítulo I do Anexo I, itens 10.2.3.1 a 10.2.3.5 da Resolução Normativa nº 528/2022 e alterações vigentes da ANS.

## 7. Créditos de operações de assistência à saúde não relacionados com planos de assistência à saúde da Operadora

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
<b>Intercâmbio a receber - atendimento eventual</b>				
Intercâmbio eventual	5.587.759	4.912.753	5.587.759	4.912.753
(-) Provisão para perdas sobre créditos - PPSC	(1.293.319)	(1.280.869)	(1.283.319)	(1.280.869)
	<b>4.294.440</b>	<b>3.631.884</b>	<b>4.304.440</b>	<b>3.631.884</b>
<b>Outros créditos a receber</b>				
Outros créditos	2.338.748	752.035	2.338.748	752.035
(-) Provisão para perdas sobre créditos - PPSC	(779.068)	(724.368)	(779.068)	(724.368)
	<b>1.559.680</b>	<b>27.667</b>	<b>1.559.680</b>	<b>27.667</b>
<b>Total</b>	<b>5.854.120</b>	<b>3.659.551</b>	<b>5.864.120</b>	<b>3.659.551</b>

Corresponde a créditos com outras Unimed's (Intercâmbio a receber) referentes a taxa de administração e reembolso de atendimentos. A Provisão para perda sobre créditos constituída de acordo com os parâmetros estabelecidos pelo capítulo I, item 10, subitem 10.2.3 da RN nº 528 de 29 de abril de 2022.





## 8. Bens e títulos a receber

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Estoques	5.517.301	4.469.852	5.517.301	4.469.852
Adiantamentos	320.492	195.303	320.492	195.303
Títulos a receber	164.964	212.594	164.964	212.594
Outros créditos	71.623	94.883	71.623	94.883
<b>Total</b>	<b>6.074.380</b>	<b>4.972.632</b>	<b>6.074.380</b>	<b>4.972.632</b>

## 9. Depósitos judiciais e fiscais

Corresponde a valores depositados, efetuados em decorrência de demandas judiciais motivadas por ações cíveis, trabalhistas e tributárias movidas contra a Cooperativa:

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Eventos e sinistros	1.535.957	1.449.374	1.535.957	1.449.374
Cíveis	1.053.732	842.814	1.083.992	873.075
Tributárias	6.378.899	6.178.430	6.378.899	6.178.430
Trabalhistas	-	1.588	-	1.588
<b>Total</b>	<b>8.968.588</b>	<b>8.472.206</b>	<b>8.998.848</b>	<b>8.502.467</b>

## 10. Investimentos

Os investimentos em outras sociedades foram avaliados pelo custo de aquisição, das capitalizações de sobras e juros sobre capital conforme decisões de assembleias. As contas de investimentos estão representadas por:

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
<b>Participações Societárias pelo método de equivalência patrimonial</b>				
Unimed Participações São João da Boa Vista Ltda.	(a) 11.420.222	10.751.302	-	-
<b>Participações Societárias pelo método do custo</b>				
Central Nacional Unimed	230.863	230.863	230.863	230.863
Sicred	428.544	359.682	445.710	373.619
Unimed Centro Paulista Federação Regional	805.573	805.573	805.573	805.573
Federacao Unimed Estado São Paulo - FESP	1.069.154	993.757	1.069.154	993.757
Cooperativa de Credito Livre Adm. MG e Nordeste SP	41.835	35.926	41.835	35.926
Sicoob	26.721	863	26.721	863
Unimed Central de Bens e Serviços	150.000	150.000	150.000	150.000
Unicred do Estado de São Paulo	5.368	-	5.368	-
<b>Outros Investimentos</b>				
Unimed Participações S/A	568.947	358.857	568.947	358.857
	<b>14.747.227</b>	<b>13.686.823</b>	<b>3.344.171</b>	<b>2.949.458</b>

(a) Decorrente do investimento realizado na Unimed de São João da Boa Vista Participações Ltda. avaliado pelo método de equivalência patrimonial que resultou no acréscimo em 2022 de R\$ 668.920 (seiscentos e sessenta e oito mil, novecentos e vinte reais). (R\$ 958.490 em 2021), por conta da aplicação do percentual de 65,59% (64,74% em 2021) de participação no Patrimônio Líquido da controlada.



## 11. Imobilizado

	Vida útil estimada	Saldos em 31/12/2021	Controladora		Saldos em 31/12/2022
			Custo	Depreciação	
<b>Imóveis de uso próprio</b>					
Terrenos	-	94.205	950.000	-	1.044.205
Edificações	25	638.583	108.029	(20.174)	726.438
<b>Subtotal imóveis - não hospitalares / odontológicos</b>		<b>732.788</b>	<b>1.058.029</b>	<b>(20.174)</b>	<b>1.770.643</b>
<b>Subtotal imóveis de uso próprio</b>		<b>732.788</b>	<b>1.058.029</b>	<b>(20.174)</b>	<b>1.770.643</b>
<b>Imobilizado de uso próprio</b>					
Instalações	10	11.976	17.894	(1.835)	28.035
Máquinas e equipamentos	10	2.040.474	256.454	(296.986)	1.999.942
Materiais de informática e periféricos	5	-	-	-	-
Móveis e utensílios	10	408.457	22.066	(53.254)	377.269
Veículos	5	47.917	-	(6.767)	41.150
<b>Subtotal hospitalares / odontológicos</b>		<b>2.508.824</b>	<b>296.414</b>	<b>(358.842)</b>	<b>2.446.396</b>
Instalações	10	4.607	-	(3.105)	1.502
Máquinas e equipamentos	10	1.286.983	266.426	(141.471)	1.411.938
Materiais de informática e periféricos	5	854.161	147.836	(448.047)	553.950
Móveis e utensílios	10	734.735	266.962	(114.667)	887.030
Veículos	5	45.328	70.583	37.305	153.216
<b>Subtotal não hospitalares / odontológicos</b>		<b>2.925.814</b>	<b>751.807</b>	<b>(669.985)</b>	<b>3.007.636</b>
<b>Subtotal imobilizado de uso próprio</b>		<b>5.434.638</b>	<b>1.048.221</b>	<b>(1.028.827)</b>	<b>5.454.032</b>
<b>Imobilizações em curso</b>					
Hospitalares / odontológicos	-	7.040	-	-	7.040
<b>Subtotal imobilizações em curso</b>		<b>7.040</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>7.040</b>
<b>Outras imobilizações</b>					
Hospitalares / odontológicos	10	2.337.418	54.948	(143.770)	2.248.596
Não hospitalares / odontológicos	10	524.853	573.362	(186.476)	911.739
<b>Subtotal outras imobilizações</b>		<b>2.862.271</b>	<b>628.310</b>	<b>(330.246)</b>	<b>3.160.335</b>
<b>Direito de uso de arrendamento</b>					
Não hospitalares / odontológicos		-	1.749.452	(728.238)	1.021.214
<b>Subtotal direito de uso de arrendamento</b>		<b>-</b>	<b>1.749.452</b>	<b>(728.238)</b>	<b>1.021.214</b>
		<b>9.036.737</b>	<b>4.484.012</b>	<b>(2.107.485)</b>	<b>11.413.264</b>



	Vida útil estimada (em anos)	Consolidado			Saldos em 31/12/2022
		Saldos em 31/12/2021	Movimentação		
			Custo	Depreciação	
<b>Imóveis de uso próprio</b>					
Terrenos	-	-	-	-	-
Edificações	40	4.395.059	107.854	(53.537)	4.449.376
<b>Subtotal imóveis - hospitalares / odontológicos</b>		<b>4.395.059</b>	<b>107.854</b>	<b>(53.537)</b>	<b>4.449.376</b>
Terrenos	-	1.501.738	950.000	-	2.451.738
Edificações	25	638.583	108.029	(20.173)	726.439
<b>Subtotal imóveis - não hospitalares / odontológicos</b>		<b>2.140.321</b>	<b>1.058.029</b>	<b>(20.173)</b>	<b>3.178.177</b>
<b>Subtotal imóveis de uso próprio</b>		<b>6.535.380</b>	<b>1.165.883</b>	<b>(73.710)</b>	<b>7.627.553</b>
<b>Imobilizado de uso próprio</b>					
Instalações	10	2.493.648	142.918	(123.837)	2.512.729
Máquinas e equipamentos	10	2.472.067	310.145	(425.717)	2.356.495
Materiais de informática e periféricos	5	-	-	-	-
Móveis e utensílios	10	466.899	23.615	(92.188)	398.326
Veículos	5	47.917	(18.000)	11.233	41.150
<b>Subtotal hospitalares / odontológicos</b>		<b>5.480.531</b>	<b>458.678</b>	<b>(630.509)</b>	<b>5.308.700</b>
Instalações	10	4.607	-	(3.105)	1.502
Máquinas e equipamentos	10	1.620.763	207.050	(141.471)	1.686.342
Materiais de informática e periféricos	5	870.866	147.836	(448.047)	570.655
Móveis e utensílios	10	921.282	266.962	(114.667)	1.073.577
Veículos	5	45.328	70.583	37.305	153.216
<b>Subtotal não hospitalares / odontológicos</b>		<b>3.462.846</b>	<b>692.431</b>	<b>(669.985)</b>	<b>3.485.292</b>
<b>Subtotal imobilizado de uso próprio</b>		<b>8.943.377</b>	<b>1.151.109</b>	<b>(1.300.494)</b>	<b>8.793.992</b>
<b>Imobilizações em curso</b>					
Hospitalares / odontológicos	-	8.696.000	650.448	-	9.346.448
<b>Subtotal imobilizações em curso</b>		<b>8.696.000</b>	<b>650.448</b>	<b>-</b>	<b>9.346.448</b>
<b>Outras imobilizações</b>					
Hospitalares / odontológicos	10	2.337.418	54.948	(143.770)	2.248.596
Não hospitalares / odontológicos	10	524.853	573.362	(186.476)	911.739
<b>Subtotal outras imobilizações</b>		<b>2.862.271</b>	<b>628.310</b>	<b>(330.246)</b>	<b>3.160.335</b>
<b>Direito de uso de arrendamento</b>					
Não hospitalares / odontológicos		-	1.749.452	(728.238)	1.021.214
<b>Subtotal direito de uso de arrendamento</b>		<b>-</b>	<b>1.749.452</b>	<b>(728.238)</b>	<b>1.021.214</b>
		<b>27.037.028</b>	<b>3.595.750</b>	<b>(1.704.450)</b>	<b>29.949.542</b>



## 12. Intangível

Vida útil estimada	Saldos em 31/12/2021	Controladora		Saldos em 31/12/2022
		Custo	Amortização	
Direito de uso de <i>software</i>	5	2.268.240	684.939 (846.158)	2.107.021
<b>Total</b>		<b>2.268.240</b>	<b>684.939 (846.158)</b>	<b>2.107.021</b>

Vida útil estimada	Saldos em 31/12/2021	Consolidado		Saldos em 31/12/2022
		Custo	Amortização	
Direito de uso de <i>software</i>	5	2.268.240	684.939 (846.158)	2.107.021
<b>Total</b>		<b>2.268.240</b>	<b>684.939 (846.158)</b>	<b>2.107.021</b>

## 13. Provisões técnicas de operações de assistência à saúde

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Provisões de contraprestações	176.330	183.488	176.330	183.488
Provisão para remissão	176.330	183.488	176.330	183.488
Provisão de eventos a liquidar para o SUS	1.157.978	1.377.580	1.157.978	1.377.580
Provisão de eventos a liquidar para outros prestadores	12.615.130	10.637.253	12.615.130	10.637.253
Provisão para eventos ocorridos e não avisados (PEONA)	5.524.814	4.418.860	5.524.814	4.418.860
<b>Circulante</b>	<b>19.474.252</b>	<b>16.617.181</b>	<b>19.474.252</b>	<b>16.617.181</b>
Provisões de contraprestações	267.565	234.046	267.565	234.046
Provisão para remissão	267.565	234.046	267.565	234.046
Provisão de eventos a liquidar para o SUS	1.535.956	1.449.374	1.535.956	1.449.374
<b>Não circulante</b>	<b>1.803.521</b>	<b>1.683.420</b>	<b>1.803.521</b>	<b>1.683.420</b>

### Provisão para remissão

Constituída sobre planos que possuem cláusula de remissão, destinada à cobertura de assistência médico-hospitalar aos dependentes em caso de falecimento do beneficiário titular, a provisão é calculada conforme metodologia descrita em Nota Técnica Atuarial aprovada em 31 de maio 2007, segundo o Ofício nº 264/2007/DIR.ADJ. (GEAOP) /DIOPE/ANS/MS.

### Provisão para eventos a liquidar SUS

Referem-se a contestados lançamentos realizados pela Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS, visando a cobrança de despesas assistenciais decorrentes de atendimentos dos usuários da Operadora no Sistema Único de Saúde, estando de acordo conforme artº2 da Instrução Normativa nº3 de 19 de outubro de 2010 - DIOPE/DIDES.



Provisão de eventos a liquidar para outros prestadores

Provisão para garantia de eventos já ocorridos, cujo registro contábil é realizado no momento da apresentação da cobrança às operadoras e na identificação da ocorrência da despesa médica pela comunicação do prestador de serviço, independentemente da existência de qualquer mecanismo, processo ou sistema de intermediação da transmissão, direta ou indiretamente por meio de terceiros, ou da análise preliminar das despesas médicas, conforme estabelecido pela RN ANS nº 393/2015 e RN 528/2022 e suas alterações vigentes.

Conforme publicação da normativa e alterações vigentes, que determinaram que a provisão para eventos a liquidar deve ser lastreada por ativos garantidores que atendam os critérios da RN 521/2022 e alterações vigentes.

Provisão para eventos ocorridos e não avisados (PEONA)

Constituída com base na metodologia de cálculo aprovada pela Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS, para fazer frente ao pagamento dos eventos que já tenham ocorrido e que ainda não tenham sido avisados pelos prestadores.

**14. Tributos e encargos sociais a recolher**

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
IRPJ e CSLL a recolher	190.290	146.588	318.451	285.644
ISS a recolher	61.305	67.592	61.310	67.592
INSS a recolher	885.898	874.052	886.698	874.052
FGTS a recolher	280.198	281.868	280.198	281.868
PIS e COFINS a recolher	431.839	476.531	438.648	476.531
Outros	4.154	5.225	4.154	5.225
Retenções de impostos e contribuições a recolher	2.274.808	2.107.099	2.274.809	2.107.099
<b>Total</b>	<b>4.128.492</b>	<b>3.958.955</b>	<b>4.264.268</b>	<b>4.098.011</b>

**15. Débitos diversos**

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Obrigações com pessoal	5.927.627	5.817.730	5.927.627	5.869.471
Fornecedores	5.151.580	4.861.555	5.151.580	4.916.063
Juros de Capital	2.157.890	1.956.628	2.157.890	1.956.628
Outros	222.386	332.289	274.925	362.549
Arrendamento a pagar - CPC 06	1.119.362	-	1.119.362	-
<b>Total</b>	<b>14.578.845</b>	<b>12.968.202</b>	<b>14.631.384</b>	<b>13.104.711</b>
<b>Circulante</b>	<b>14.208.733</b>	<b>12.968.202</b>	<b>14.231.010</b>	<b>13.074.451</b>
<b>Não circulante</b>	<b>370.112</b>	<b>-</b>	<b>400.374</b>	<b>30.260</b>



#### Passivo de arrendamento

A Operadora arrenda edifícios para o seu espaço de escritórios e recursos próprios. As locações de imóveis operacionais geralmente são executadas por um período entre 3 e 5 anos. Alguns arrendamentos incluem a opção de renovação por um período adicional do mesmo período após o término do prazo do contrato. Ao término do prazo do contrato, a Operadora realiza novas negociações de contratações.

A Operadora adotou o CPC 06 (R2) / IFRS 16 a partir de 1º de janeiro de 2022, e, portanto, não reapresentou as informações comparativas de 2021. O método de transição adotado seguiu os seguintes procedimentos: (i) o valor do passivo de arrendamento foi calculado com base no valor presente dos pagamentos de arrendamento remanescentes, descontados, utilizando a taxa incremental sobre empréstimo da

Operadora, na data da aplicação inicial; e (ii) o valor do direito de uso do ativo na data de aplicação inicial foi mensurado de forma retroativa como se o novo pronunciamento tivesse sido aplicado desde a data de início. As reclassificações e os ajustes decorrentes da nova norma de arrendamento foram, portanto, reconhecidos no balanço patrimonial em 1º de janeiro de 2022, conforme determina a RN 528/ANS.

Nas demonstrações financeiras de 2022, a Operadora apresenta os compromissos assumidos com contratos de aluguel de acordo com os pagamentos mínimos futuros nominais dos aluguéis tendo como referência os prazos determinados nos contratos assinados. Apresentamos a seguir os compromissos firmados com terceiros e a adoção inicial do CPC 06 (R2) / IFRS 16 em 1º de janeiro de 2022:

	<b>Imóveis de uso hospitalar</b>	<b>Imóveis de uso não hospitalar</b>	<b>Total</b>
Saldo em 1º de janeiro de 2022	-	-	-
Mensuração Inicial	-	1.749.452	1.749.452
Depreciação		(728.238)	(728.238)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>-</b>	<b>1.021.214</b>	<b>1.021.214</b>

Os vencimentos de passivos de arrendamento estão classificados de acordo com o seguinte cronograma:



**Análise de vencimentos - Passivos de Arrendamento**

**Total**

Menos que 1 ano	-
1 - 3 anos	749.250
3-5 anos	370.112
Mais que 5 anos	-
<b>Total</b>	<b>1.119.362</b>

**Passivo de arrendamento incluídos no Balanço Patrimonial**

**Análise de vencimentos - Passivos de Arrendamento**

**Total**

Circulante	749.250
Não Circulante	370.112
<b>Total</b>	<b>1.119.362</b>

**16. Provisões**

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
<b>Provisões para ações judiciais</b>				
Tributárias	(a) 7.891.239	7.720.691	7.891.239	7.720.691
Cíveis	1.561.569	1.566.334	1.561.569	1.566.334
Trabalhistas	60.000	31.589	60.000	31.589
<b>Total</b>	<b>9.512.808</b>	<b>9.318.614</b>	<b>9.512.808</b>	<b>9.318.614</b>

**Tributárias**

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
INSS	1.993.277	1.905.503	1.993.277	1.905.503
ISS	5.897.962	5.815.188	5.897.962	5.815.188
<b>Total</b>	<b>7.891.239</b>	<b>7.720.691</b>	<b>7.891.239</b>	<b>7.720.691</b>



## INSS

Refere-se a possíveis perdas advindas da contestação judicial sobre a exigibilidade do INSS incidente sobre a produção dos cooperados, previsto na Lei Complementar 84/1996. A Cooperativa efetuou depósitos judiciais durante a vigência da referida lei complementar (até novembro de 1999), os quais se apresentam registrados no ativo não circulante, conforme nota nº 10, pelos mesmos valores atualizados do passivo não

circulante e permanecerão vinculados até o desfecho do processo com a decisão do judiciário.

## ISS

Provisão destinada a fazer frente a eventuais contingências de ordem tributária relacionadas ao ISS que possam vir a ocorrer contra a Cooperativa sobre períodos atuados e não atuados e ainda não prescritos e sujeitos a eventuais lançamentos. A Administração da Cooperativa, com base na opinião de seus assessores jurídicos, entende não haver incidência do ISS sobre a parcela de seus ingressos, buscando tributar o preço do serviço que remunera a atividade de operadoras de planos de saúde, qual seja, a taxa de administração cobrada pela intermediação realizada, e não a integralidade dos ingressos repassados aos prestadores de serviços quando o beneficiário realizar atendimento de assistência à saúde, que serão nesses prestadores tributados.

Adicionalmente, a Operadora é parte em processos cíveis e trabalhistas ainda em andamento, advindos do curso normal de suas operações, classificados como de risco possível por seus advogados, para os quais não foram constituídas provisões. Conforme apresentado a seguir:

<b>Ações com risco de perda possível</b>	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>2022</b>	<b>2021</b>	<b>2022</b>	<b>2021</b>
Cíveis	4.812.168	4.200.561	4.812.168	4.200.561
Trabalhistas	552.700	330.000	552.700	330.000
<b>Total</b>	<b>5.364.868</b>	<b>4.530.561</b>	<b>5.364.868</b>	<b>4.530.561</b>

## **17. Patrimônio líquido**

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>2022</b>	<b>2021</b>	<b>2022</b>	<b>2021</b>
Capital social	36.477.367	33.273.716	36.477.367	33.273.716
Reservas	19.066.729	16.816.029	19.066.729	16.816.029
Fundo de reserva	6.837.005	6.791.787	6.837.005	6.791.787
RATES	1.449.631	1.994.830	1.449.631	1.994.830
Reserva para investimento	2.008.040	2.008.040	2.008.040	2.008.040
Reserva riscos assistenciais, concorrenciais e tributários	8.772.053	6.021.372	8.772.053	6.021.372
Resultado	952.164	5.501.362	952.164	5.501.362
Sobras do exercício	952.164	5.501.362	952.164	5.501.362
Participação dos não controladores	-	-	7.781.716	7.731.012
<b>Total</b>	<b>56.496.260</b>	<b>55.591.107</b>	<b>64.277.976</b>	<b>63.322.119</b>





### **Capital social**

O capital social integralizado em 31 de dezembro de 2022 está representado por R\$ 36.477.367 (trinta e seis milhões, quatrocentos e setenta e sete mil, trezentos e sessenta e sete reais), composto de quotas-partes indivisíveis, podendo ser transferidas entre cooperados mediante aprovação da Assembleia Geral.

Estatutariamente e de acordo com a Lei Cooperativista nº 5.764/71, são previstas as seguintes destinações das sobras e constituições de reservas:

### **Fundo de reserva**

Conforme disposto no artigo 91 Estatuto Social, o fundo de reserva é constituído à razão de 10% (dez por cento) das sobras de cada exercício e destina-se a reparar eventuais perdas de qualquer natureza que a Operadora venha a sofrer e para atender o desenvolvimento de suas atividades.

No exercício de 2022 foi destinado para o fundo de reserva o valor de R\$ 45.218 (quarenta e cinco mil, duzentos e dezoito reais), perfazendo o saldo acumulado de R\$ 6.837.005 (seis milhões, oitocentos e trinta e sete mil, cinco reais).

### **Reserva de Assistência Técnica Educacional e Social (RATES)**

Conforme disposto no artigo 91 do Estatuto Social, o RATES é constituído à razão de 5% (cinco por cento) das sobras de cada exercício e destina-se a prestar amparo aos associados e seus familiares, bem como programar atividades de incremento técnico e educacional dos cooperados e colaboradores, sendo indivisível entre os associados.

No exercício de 2022 foi destinado para o RATES o valor de R\$ 22.609 (vinte e dois mil, seiscentos e nove reais), sendo 5% das sobras líquidas do exercício, perfazendo o saldo acumulado de R\$ 1.449.631 (um milhão, quatrocentos e quarenta e nove mil, seiscentos e trinta e um reais).

### **Reserva de investimento**

Reserva constituída de acordo com as deliberações da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 22 de dezembro de 1997, destinada a investimentos junto à Unipart (controlada) para fazer frente à necessidade de recursos para a construção e operacionalização do Hospital. Na Assembleia Geral Ordinária de 06 de março de 2017, ficou definido que a Reserva de Investimento será mantida no Patrimônio Líquido, para composição da Margem de Solvência, contudo, em data futura poderá ter outra finalidade a ser aprovada em Assembleia.

### **Reserva riscos assistenciais, concorrenciais e tributários**

Reserva constituída de acordo com as deliberações da Assembleia Geral Ordinária (AGO) realizada em 14 de março de 2022, destinada a auxiliar na provisão de recursos para a formação e manutenção do montante econômico e financeiro representativo da proteção aos riscos assistenciais, concorrenciais, tributários e de judicialização, representada em 2022 pelo montante de R\$ 8.772.053 (oito milhões, setecentos e setenta e dois mil, cinquenta e três reais).

### **Resultado**

Sobras apuradas no exercício findo em 31 de dezembro de 2022, no valor de R\$ 452.182 (quatrocentos e cinquenta e dois mil e cento e oitenta e dois reais), deduzindo as destinações estatutárias obrigatórias e acrescentando a reversão de despesas ao FATES, resultando em sobras líquidas à disposição da Assembleia Geral Ordinária (AGO) o valor de R\$ 952.164 (novecentos e cinquenta e dois mil, cento e sessenta e quatro reais).



## 18. Contraprestações líquidas

Registradas no montante de R\$ 213.225.788 (duzentos e treze milhões, duzentos e vinte e cinco mil, setecentos e oitenta e oito reais) no exercício de 2022 (R\$ 218.356.223, no exercício de 2021, reclassificadas devido a alteração na contabilização dos convênios com Autogestões, em 2022 de Corresponsabilidade para Custo Operacional), correspondem às receitas oriundas de mensalidades e faturas de beneficiários de planos de assistência médico-hospitalar individuais e coletivos oferecidos pela Operadora.

## 19. Eventos conhecidos e avisados

Registrados no montante de R\$ 179.259.943 (cento e setenta e nove milhões, duzentos e cinquenta e nove mil, novecentos e quarenta e três reais) no exercício de 2022 (R\$ 181.300.477, no exercício de 2021 reclassificadas devido a alteração na contabilização dos convênios com Autogestões, em 2022 de Corresponsabilidade para Custo Operacional), correspondem aos custos dos serviços de assistência médico-hospitalar prestados aos beneficiários da Operadora.

## 20. Garantias financeiras

### Patrimônio mínimo ajustado

Calculado a partir da multiplicação de um fator variável "K", obtido no anexo I da RN nº 451/2021, pelo capital base reajustado pelo IPCA em julho de cada ano. O Capital Social da Cooperativa excede o valor do patrimônio mínimo - PMA exigido pela Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS.

### Capital Regulatório – Margem de solvência

É uma reserva suplementar às provisões técnicas que a operadora deverá dispor, para suportar oscilações das suas operações advindas de perdas do ativo, mal dimensionamento das provisões técnicas e mudanças que afetem o setor tais como: aumento de sinistralidade e evasão de beneficiários. Em 31/12/2022 a margem de solvência calculada para Unimed Leste Paulista está suficiente conforme demonstramos:

	<b>2022</b>
Patrimônio líquido ajustado	51.249.225
Margem de Solvência total (exigida em 2022)	53.509.502
Proporcionalidade da Margem de Solvência	75,00%
Capital regulatório parcial	40.132.127
(-) Ajuste despesas com programas aprovados	2.737.069
Capital regulatório 2022	37.395.058
<b>Suficiência margem de solvência</b>	<b>13.854.168</b>



### **Ativos garantidores**

Os ativos garantidores são bens imóveis, ações, títulos ou valores mobiliários de titularidade da Operadora, que lastreiam as provisões técnicas. Esses ativos representam a efetivação financeira real da garantia escritural refletida pelas provisões.

As regras referentes à aceitação, registro, vinculação, custódia, movimentação e diversificação dos ativos garantidores estão dispostas na Resolução Normativa nº 521 de 29 abril de 2022.

Em 31 de dezembro de 2022 a necessidade de lastro e vínculo da Unimed Leste Paulista está suficiente, conforme resumo da situação dos ativos garantidores que demonstramos abaixo:

	<b>2022</b>
<b>Total de ativos garantidores</b>	<b>21.021.883</b>
Aplicações garantidoras de provisões técnicas	21.021.883
Vínculo de imóveis assistenciais	-
Necessidade de lastro	12.042.864
Verificação de suficiência de lastro	<b>Suficiente</b>
Necessidade de vínculo	5.753.639
Verificação de suficiência de vínculo	<b>Suficiente</b>

## **21. Instrumentos financeiros**

### **Avaliação de instrumentos financeiros**

A administração procedeu a análise dos instrumentos financeiros que compõem o ativo e o passivo e concluiu que o valor justo das disponibilidades, créditos de operações com planos de assistência à saúde e não relacionados com planos de saúde da Operadora e os passivos circulantes, principalmente provisão de eventos a liquidar e débitos de operações de assistência à saúde aproximam-se do saldo contábil, cujos critérios de contabilização e valores estão informados nas demonstrações financeiras, em razão de o vencimento de parte significativa desses saldos ocorrer em data próxima à do balanço patrimonial.

Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 a Operadora não possuía nenhum tipo de instrumento financeiro derivativo.

### **Fatores de risco**

A Operadora apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

#### **a) Risco de crédito**

Risco do não recebimento de valores decorrentes da prestação de serviços médico-hospitalares ou da impossibilidade de resgate de aplicações e investimentos mantidos junto a instituições financeiras.

Para atenuar esse risco, a Operadora tem por prática o acompanhamento permanente de sua carteira de recebíveis e dos índices de inadimplência, bem como mantém suas aplicações em instituições renomadas e com baixo risco de crédito.



**b) Risco de liquidez**

Risco da não existência de recursos financeiros suficientes para que a Operadora honre seus compromissos no prazo, em razão do descasamento entre o fluxo de pagamentos e o fluxo de recebimentos, considerando os diferentes prazos de liquidação de seus direitos e obrigações.

Para atenuar esse risco, a Operadora tem por prática o acompanhamento permanente de seu fluxo de caixa, avaliando a adequação dos prazos de recebimentos e pagamentos de operações relativas a plano de saúde, geralmente caracterizadas por prazos de recebimentos e pagamentos consideravelmente curtos.

**c) Risco de taxas de juros**

Risco de alterações nas taxas de juros que possam trazer impactos significativos sobre os rendimentos dos recursos aplicados ou sobre a remuneração dos recursos captados no mercado financeiro.

Para minimizar possíveis impactos de oscilações em taxas de juros, a Operadora tem por prática realizar aplicações financeiras conservadoras em títulos de renda fixa (CDB e Fundos de investimento) junto a bancos de primeira linha, bem como evita a contratação de empréstimos de montante elevado.

**d) Risco operacional**

Risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de diversas causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Operadora, bem como a fatores externos decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial.

A administração da operadora é responsável pelo contínuo desenvolvimento e implementação de controles para tratar e administrar riscos operacionais, de forma a evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à sua reputação. São eles:

- exigências para segregação adequada de funções, incluindo a autorização independente de operações;
- exigências para a reconciliação e monitoramento de operações;
- cumprimento de exigências regulatórias e legais;
- documentação de controle e procedimentos;
- exigências para a avaliação periódica de riscos operacionais enfrentados e a adequação e controles e procedimentos para tratar dos riscos identificados;
- exigências de reportar perdas e as ações corretivas propostas;
- desenvolvimento de planos de contingências; e
- padrões éticos e comerciais.

**e) Risco da gestão da carteira de investimentos**

A Cooperativa limita sua exposição a riscos de gestão da carteira de investimento ao investir apenas em títulos públicos e títulos de renda fixa privados em diversas instituições financeiras como forma de diluir os riscos. A Administração monitora ativamente as aplicações e os rendimentos e não espera que nenhuma contraparte falhe em cumprir com suas obrigações.



## 22. Cobertura de seguros

A administração da Operadora tem por política contratar seguros contra incêndios e riscos diversos com cobertura considerada suficiente, pelos assessores especialistas em seguros, para assegurar, em caso de sinistros, a reposição dos bens e a sua respectiva continuidade operacional.

## 23. Conciliação da demonstração dos fluxos de caixa

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
<b>Resultado líquido</b>	<b>452.182</b>	<b>6.291.300</b>	<b>452.182</b>	<b>6.291.300</b>
<b>Ajustes por:</b>				
Depreciação e amortização	2.936.691	816.767	3.294.537	1.193.136
Provisões técnicas	1.132.316	988.361	1.132.316	988.361
Venda imobilizado	(17.000)	5.226	(16.400)	5.226
Provisão para contingências	206.499	(437.023)	206.499	(437.023)
Equivalência patrimonial	(668.920)	(958.490)	-	-
Juros direito de uso de arrendamento	43.603	-	43.603	-
<b>Saldo ajustado</b>	<b>4.085.371</b>	<b>6.706.141</b>	<b>5.112.737</b>	<b>8.041.000</b>
<b>Varição dos ativos operacionais</b>				
Aplicações Financeiras	(1.713.643)	(2.018.903)	(1.006.949)	(1.324.807)
Créditos de operações com planos de assistência a saúde	65.628	951.741	65.628	951.741
Créditos operacionais de assistência à saúde não relacionados com plano de saúde da Operadora	(2.194.569)	(409.449)	(2.194.569)	(409.449)
Créditos tributários e previdenciários	(763.959)	(657.401)	(764.528)	(659.842)
Bens e títulos a receber	(1.101.748)	(746.027)	(1.101.748)	(746.027)
Despesas antecipadas	207.313	(283.629)	207.313	(283.629)
Outros créditos a receber	14.411	76.756	14.411	76.756
Depósitos judiciais e fiscais	(496.381)	345.937	(496.381)	345.937
	<b>(5.982.948)</b>	<b>(2.740.975)</b>	<b>(5.276.823)</b>	<b>(2.049.320)</b>
<b>Varição dos passivos operacionais</b>				
Provisões técnicas	1.132.316	1.024.303	1.132.316	1.024.303
Débitos de operações com assistência à saúde	1.636.721	308.451	1.636.721	308.451
Débitos com operações de assistência à saúde não relacionados com plano de saúde da Operadora	106.257	122.591	106.257	122.591
Tributos e encargos sociais a recolher	169.538	(220.366)	121.797	(346.671)
Débitos diversos e conta corrente com cooperados	1.806.106	2.234.658	1.823.975	2.046.466
	<b>4.850.938</b>	<b>3.469.637</b>	<b>4.821.066</b>	<b>3.155.140</b>
<b>Caixa líquido das atividades operacionais</b>	<b>2.953.361</b>	<b>7.434.803</b>	<b>4.656.980</b>	<b>9.146.820</b>



#### 24. Políticas contábeis – CPC 47 – Receita de contrato com clientes

A partir de 01/01/2022 a ANS introduziu a aplicação do Pronunciamento Contábil CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente. As demonstrações de 2021 utilizadas para fins de comparabilidade não estavam respaldadas na referida legislação.

Para atendimento da CPC 47 realizamos a adequação com o intuito do efeito comparativo das demonstrações de 2021 com os ajustes implementados para 2022.

As mudanças de contabilização nas contas alteradas pelo plano de contas instituído através da Resolução Normativa RN nº 528/2022 tiveram impacto nas linhas intermediárias da DRE, quando efetuada a comparabilidade entre os exercícios de 2021 e 2022, não ocorrendo mudanças no resultado final do exercício. Estamos apresentando a Demonstração do resultado do exercício - DRE de 2021 com as alterações nos grupos 311 e 411.

Conforme disposto na letra "f" do item 28 do CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, divulgamos abaixo os ajustes efetuados na DRE de 2021, apresentada para fins de comparabilidade:

	2021	
	Ajustes a débito	Ajustes a crédito
311312 Cobertura Assistencial Com Preço Pós-estabelecido	-	-
3117 ( - ) Contratrestações de Corresponsabilidade Cedida de Assistência à Saúde	-	8.528.871
411 Eventos / Sinistros Conhecidos ou Avisados de Assistência à Saúde	8.528.871	-
4116 Eventos / Sinistros Conhecidos ou Avisados Prestador Por Rede Indireta	8.528.871	-

Estas mudanças ocorreram entre os planos de contas regulamentados pelas Resoluções Normativas nº 435/2018, 472/2021 e 528/2022. Dentre as principais mudanças ocorridas os registros contábeis das operações de corresponsabilidade assumida, nos moldes constantes no item 6.2 das Normas Gerais do plano de contas padrão, merecem os seguintes destaques: em 2021 registros no grupo 3111X20X6 para 2022 passaram a ser registrados neste grupo somente os valores de taxa de administração e diferença de tabela, com os demais valores registrados no grupo 411XX2084. Já os valores que em 2021 eram registrados no grupo (-) 3117, em 2022 passaram a ser registrados no grupo 4116, exceto taxa de administração.



## 25. Transações com partes relacionadas

A estrutura de governança corporativa da Cooperativa compreende a Diretoria, cujas atribuições, poderes e funcionamento são definidos no Estatuto da Cooperativa. O Diretor Presidente é o representante legal da Cooperativa, responsável principalmente, pela sua administração e pelo desenvolvimento das políticas e diretrizes gerais. Os Diretores são eleitos pela Assembleia Geral Ordinária, com mandato de 4 (quatro) anos para o Conselho de Administração, sendo obrigatória a renovação de, no mínimo, 1/3 do total dos membros do Conselho de Administração, para o Conselho Técnico o mandato é de 4 (quatro) anos eleitos juntamente com o Conselho de Administração e para Conselho Fiscal o mandato é de um ano sendo permitida a reeleição de apenas 2 (dois) de seus membros.

A Operadora efetuou transações com partes relacionadas, incluindo a remuneração por serviços prestados a seus beneficiários do plano de saúde e pagamento de pró-labore. As outras transações são efetuadas em similaridade com o praticado pelo mercado e atividade cooperativista. Em conformidade com as deliberações da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 30 de agosto de 2001, o imóvel da Unipart (Hospital Unimed) foi arrendado pela Cooperativa (controladora).

Em 2022 ocorreram despesas de aluguel e arrendamento na Cooperativa e receitas de aluguel e arrendamento na Unipart no total de R\$ 2.149.944 (dois milhões, cento e quarenta e nove mil, novecentos e quarenta e quatro reais), sendo R\$ 2.002.409 por conta do mencionado arrendamento (R\$ 1.988.631 em 2021) e R\$ 147.535 por conta de aluguel do prédio administrativo (R\$ 146.520 em 2021).

## 26. Eventos subsequentes

Não ocorreram eventos entre a data de encerramento do exercício social e de elaboração das demonstrações contábeis, que pudessem afetar as informações divulgadas, bem como a análise econômica e financeira.

## 27. Efeitos da pandemia – COVID 19

Em 2022 sofremos o efeito da liberação represada das cirurgias eletivas e procedimentos não realizados em 2021, decorrentes da pandemia da COVID -19. Estes atendimentos elevaram os custos dos serviços assistenciais, impactados pela variação cambial referentes aquisições de insumos e alta elevação nos preços dos serviços contratados em nossa rede de prestadores.

\* \* \*

